



GT 19. As tramas da intolerância e dos racismos religiosos e as mobilizações políticas por direitos das religiões de matrizes afro-brasileiras

Coordenador(es):

Dilaine Soares Sampaio (UFPB - Universidade Federal da Paraíba)

Ana Paula Mendes de Miranda (UFF - Universidade Federal Fluminense)

Sessão 1 - As tramas da intolerância

Debatedor/a: Rosiane Rodrigues de Almeida (INEAC)

Sessão 2 - As tramas do racismo

Debatedor/a: Lana Lage da Gama Lima (UFF - Universidade Federal Fluminense)

Sessão 3 - As tramas da mobilização

Debatedor/a: Zuleica Dantas Pereira Campos (UNICAP - Universidade Católica de Pernambuco)

O GT tem como objetivo discutir os múltiplos processos que envolvem a intolerância religiosa e os racismos religiosos, envolvendo as tradições de matrizes afro-brasileiras, que transbordam o “campo” religioso, havendo imbricações com questões políticas, jurídicas, sociais e culturais. Almeja ainda refletir sobre os processos de (in)visibilidade desses conflitos no espaço público em diferentes contextos e seus efeitos nos planos pessoal, interpessoal e institucional. A discussão acerca da intolerância religiosa perpassa ainda pelos debates em torno de políticas patrimoniais, das políticas públicas e da presença dos símbolos religiosos nos espaços públicos, que são objeto de várias controvérsias, além de não possuírem a mesma recepção da sociedade brasileira. Um exemplo são os símbolos religiosos vinculados às religiões de matrizes afro-brasileiras, frequentemente e sucessivamente violados em proporções muito mais elevadas que outros símbolos religiosos, notadamente os vinculados às religiões cristãs. O GT incentiva a apresentação de trabalhos que procurem, a partir de perspectivas etnográficas, discutir o acirramento das intolerâncias, especialmente após as mudanças políticas vividas no Estado brasileiro, e pensá-las levando em conta a diversidade regional. E estimula o debate de eixos interpretativos para a realização de pesquisas nesse campo empírico, bem como sobre a perspectiva ética e a conjuntura de desmantelamento de equipamentos públicos de garantias de direitos.

Direito à cidade das religiões de matrizes africana: regras e proibições respaldadas pelo Pacto pela Paz? na cidade de Pelotas- RS

Autoria: Camila Machado Ramos de Castro (UFPEL - Universidade Federal de Pelotas), Louise Prado Alfonso

A cidade de Pelotas - RS, em conjunto com sua vizinha Rio Grande, configuram a segunda região do Brasil em números de casas de religiões de matrizes africanas. Contudo, as narrativas oficiais sobre as cidades invisibilizam a materialidade e as narrativas destas religiões como patrimônios da cidade. As políticas públicas de Pelotas agravam este cenário, pois, parecem ser frutos da intolerância religiosa dos grupos que estão no poder. Isto faz com que praticantes de religiões como as Nações (religiões de matrizes africanas praticadas no Rio Grande do Sul) tenham cada vez menos acesso a locais como: o Mercado Central Público, Igrejas, praças, os cemitérios e a praia, locais de extrema relevância para a realização de cultos aos orixás. Segundo Paulo de Xangô, para estas religiões toda a cidade é um espaço sagrado e as narrativas destes grupos são desconsideradas quando se planeja a cidade formal. Cada vez mais, estes espaços que



deveriam ser abertos a todos/as, tornam-se proibidos aos/às praticantes de religiões de matrizes africanas por uma gama de regras e legislações. As regras de uso dos cemitérios por exemplo, que selecionam as casas e lideranças que podem realizar seus works ali, as proibições de uso de lugares como praias, matas e praças utilizando a legislação ambiental como ferramenta de discriminação. Exemplos de regramentos que violam os direitos de suas práticas religiosas previstos pela constituição brasileira e o direito à cidade destas pessoas. Nota-se que o uso de espaços da cidade por praticantes de outras religiões tem outra receptividade, o que sinaliza o racismo religioso e estrutural direcionado às religiões de matrizes afro. Assim, neste work apresentaremos algumas reflexões sobre os resultados dos primeiros anos de realização do projeto de extensão Terra de Santo: patrimonialização de terreiros em Pelotas, desenvolvido no âmbito do projeto de pesquisa Margens: grupos em processo de exclusão e suas formas de habitar Pelotas vinculados ao Bacharelado em Antropologia da Universidade federal de Pelotas. O projeto de extensão é planejado e desenvolvido em parceria com o povo de terreiro, de forma a buscar maior visibilidade das demandas e lutas desta comunidade, objetivando reflexões sobre seu direito à cidade. Aqui apresentaremos como estas disputas se agravam diante das políticas excludentes do atual governo de Pelotas inseridas no Projeto ?Pacto pela Paz?, que segundo a Prefeitura Municipal são ações para proteger seus cidadãos, por meio da promoção de uma a ?cultura da paz? como forma de reduzir a violência e a criminalidade em espaços de convivência.

[Trabalho completo](#)



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameaçam a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: